

PROJETO DE LEI 5.306/2020 ¹

1. Síntese da Matéria:

O projeto em análise pretende incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais. Ademais, autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal para os investimentos em startups. A CINDRA aprovou substitutivo que, entre outras alterações, suprimiu a possibilidade de que ato do Poder Executivo Federal conceda incentivo fiscal.

2. Análise:

O art. 4º do projeto autoriza a concessão de renúncia de receita da União para os investimentos em startups que tenham como objetivo o bem-estar social, a educação, a tecnologia, a inclusão social e a segurança alimentar em áreas de baixa renda, entre outras atividades correlatas. Entretanto, o potencial impacto na diminuição de receita não se encontra explicitado, tampouco compensado, contrariando-se às exigências do art. 113 do ADCT da Constituição Federal, art. 14 da LRF e art. 124 da LDO 2022.

O substitutivo aprovado pela CINDRA, por outro lado, não prevê a concessão de incentivo fiscal. Em suma, trata da definição de startup; da inclusão do apoio ao investimento em pesquisas e desenvolvimento para empresas inovadoras como diretriz na formulação dos programas de financiamento de cada um dos Fundos Constitucionais; da inclusão de startups e cooperativas de produção como beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais; e da possibilidade de instituição de linhas de crédito especiais destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de startups. Todos esses dispositivos não ocasionam impacto fiscal.

3. Dispositivos Infringidos:

Art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, art. 14 da LRF, art. 124 da LDO 2022 e Súmula CFT nº 01/08.

4. Resumo:

Na forma originalmente apresentada, o projeto não se mostra adequado e compatível sob a ótica orçamentária e financeira. Por outro lado, o substitutivo aprovado pela CINDRA não acarreta repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

Tiago Mota Avelar Almeida

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.

